

A semiolinguística e os gêneros textuais: algumas reflexões pertinentes

Semiolinguistics and textual genres: some relevant reflections

Alex Caldas Simões*

Resumo

Para Patrick Charaudeau (2008), gêneros textuais são compilações de situações de comunicação e projetos de fala que apresentam constantes. Diante desse conceito e de suas proposições sobre as restrições situacionais, discursivas e formais, pretendemos em nossa exposição demonstrar como o autor tem desenvolvido e problematizado as noções teóricas de gêneros textuais, a partir de suas postulações sobre a teoria semiolinguística. Entendemos que essa noção teórica vem sendo pouco explorada na academia, e, portanto, carece de estudos complementares e elucidativos.

Palavras-chave: Gênero Textual; Teoria semiolinguística; Conceitos.

Introdução

Atualmente, o estudo dos gêneros discursivos e/ou textuais é bastante recorrente nas pesquisas acadêmicas da área da linguagem. Eles fazem parte dos estudos da retórica aristotélica (gêneros epídíctico, judiciário e deliberativo); na literatura (gêneros épico, lírico e dramático); na Linguística Textual, em proposições sobre leitura e produção de textos; e na Linguística Aplicada, por insistência das novas orientações pedagógicas propostas pelos

* Mestrando em Letras pela Universidade Federal de Viçosa (UFV – CAPES/REUNI).

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (1998) e pelos Conteúdos Básicos Comuns (CBC-MG) (2005), que orientam o ensino de língua materna para o trato com os gêneros textuais em sala de aula.

A problemática teórica central dos gêneros, por muito tempo, se circunscreveu na problematização da dicotomia gênero textual *versus* gênero discursivo, que há muito tempo já foi superada.¹ Mesmo assim, cabe-nos dizer, conforme propõe João Bosco dos Santos (2004), que a problemática dos gêneros gira em torno da dicotomia entre a generalização *versus* a unificação. Ou seja, para o autor, ora os gêneros se apresentam por aspectos que lhes são gerais (seus traços e funções), ora se apresentam por aspectos que lhes são únicos (suas condições de produção).

Se por um lado existe uma necessidade positiva, sistêmica, linguística-estrutural de conjugar os gêneros em torno de uma regra de traços e funções, por outro lado, caminha-se na direção das movências de sentido, fundadas nas condições de produção dos discursos e na referencialidade polifônica dos sujeitos ao se inscreverem nos discursos. (SANTOS, 2004, p. 330-331).

Santos (2004) observa o gênero como uma construção formal, sistêmica, que tende a estabilizar o gênero. Por outro lado, o autor observa no gênero uma instabilidade, motivada por condições de produção particulares. Nessa mesma perspectiva, Charaudeau (1999) afirma que os estudos de gêneros tendem a focar a problemática da língua ora por um ponto de vista cognitivo, ao distinguir os gêneros a partir de categorias formais da língua e de traços recorrentes, ora por um ponto de vista comunicativo, ao identificar as correlações entre as recorrências de marcas formais e as suas condições de produções situacionais.

Como se vê, atualmente, a grande questão teórica que ronda os gêneros refere-se à sua construção discursiva, situacional e textual:

¹ Assim como Charaudeau (2004) preferiu em seu artigo sobre gêneros não voltar a pontos comuns de discussão sobre o assunto – que consistia na exposição dos gêneros literários –, acreditamos que voltar ao debate gênero textual *versus* gênero discursivo é concorrer para uma discussão infrutífera sobre o assunto, visto que atualmente essa tensão teórica não se faz pertinente para o crescimento e problematização das teorias linguísticas. Por essa razão, muitos estudiosos têm considerado, assim como nós, essa questão como um ponto de discussão superado.

(...) parece que a questão fundamental que é colocada é das restrições e da liberdade que o sujeito falante dispõe. Aceitar que existem gêneros é reconhecer que a produção linguageira é submetida a restrições. Mas, em que nível estas restrições intervêm? (CHARAUDEAU, 2004, p. 19).

De acordo com Charaudeau (2004), a problemática dos gêneros na linguagem se inscreve nas seguintes indagações: como o sujeito falante pode se comunicar livremente se sua linguagem está submetida a restrições? Esse sujeito possui alguma liberdade em relação ao gênero? Se existem os gêneros é porque existem restrições, sendo assim, como o sujeito falante lida com sua liberdade e as restrições impostas pelos gêneros?

Acreditamos que essa tensão problematizada por Charaudeau (2004) indica uma problemática real dos gêneros que se coloca entre a sua construção linguística – aqueles elementos que devem ocorrer no gênero para que este seja reconhecido por uma comunidade – e a sua construção situacional – aqueles elementos que podem ocorrer no gênero que são eleitos livremente pelo sujeito falante no momento da construção de seu projeto de fala.

Motivados por essa realidade genérica, apresentaremos neste artigo uma breve síntese e problematização teórica sobre as postulações de gêneros de Charaudeau (2004) e sobre as contribuições desses postulados para o campo das ciências da linguagem.

Gênero textual: conceitos e debates

Antes de evidenciarmos os preceitos teóricos da semiolinguística que serão aplicados aos gêneros, cabe-nos aqui uma sucinta reflexão sobre algumas postulações teóricas sobre o assunto. Bakhtin (2000, p. 279) afirma que “cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos *relativamente estáveis de enunciados*, sendo isso que chamamos gêneros do discurso” (grifos do autor). Para Marcuschi (2002, p. 23), gênero textual é

(...) uma *noção propositalmente vaga* para se referir a *textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdo, propriedades funcionais, estilo e composição característica. (grifos nossos).

Charaudeau (2008, p. 77), destaca que, “como as finalidades das Situações de comunicação e dos Projetos de fala são compiláveis, os Textos que lhes correspondem apresentam *constantes* que permitem classificá-los em Gêneros textuais” (grifo nosso).

Segundo Mari e Silveira (2004), as postulações de Bakhtin (2000) e de Marcuschi (2002) parecem não enfatizar os gêneros textuais como um produto estável. É por isso que esses autores conceituam o gênero com expressões “relativamente estáveis”, ou seja, o gênero é um produto instável, e “propositalmente vago”, ou seja, o gênero é um produto vago, que não pode ser previsto, portanto, é um produto instável. Em nossa análise, entendemos que o conceito de Charaudeau (2004) enfatiza que os gêneros possuem um grau acentuado de estabilidade, por isso o uso do termo “constantes”.

Nota-se que Bakhtin e Marcuschi concebem o gênero como um objeto mais plástico e movediço do que Charaudeau, para quem o gênero é mais estável e apresenta menor plasticidade e mudança. Outras pesquisas devem ser realizadas para constatar as implicações dessa conclusão. Prosseguimos a nossa exposição aqui conscientes de que a proposta teórica sobre gêneros de Charaudeau (2004) se pauta em uma construção teórica distinta e será abordada por uma visão discursiva da Análise do Discurso, a teoria semiolinguística.

A proposta semiolinguística de análise dos gêneros

A partir de uma revisão teórica sobre as postulações metodológicas dos estudos de linguagem, Charaudeau (2004) indica que os gêneros podem ser identificados e estudados por meio de uma análise conjunta (e não sucessiva) da: (a) ancoragem social do discurso, em que estão as restrições situacionais;

(b) natureza comunicacional da linguagem, em que estão as restrições discursivas; e (c) recorrência das marcas formais, em que estão as restrições formais.

A ancoragem social do discurso

A ancoragem social do discurso, segundo Charaudeau (2004), indica que cada sociedade (ou comunidade discursiva) formou, a partir de uma necessidade comunicativa, diversos gêneros orais ou escritos. Uma vez instituído o campo, este passou a definir os papéis e as posições discursivas dos enunciadores. Estar em um domínio de prática social, como o domínio jornalístico, por exemplo, pressupõe que os atores languageiros ali presentes estabelecem um contrato social que informa as regularidades discursivas pertinentes ao meio, colaborando para a formação de regularidades formais.

O estatuto do ator languageiro, dessa forma, muda de acordo com o domínio comunicativo. Se o estatuto dependesse somente dele, “qualquer que fosse sua maneira de falar, o ator languageiro produziria um discurso típico daquele domínio concernido” (CHARAUDEAU, 2004, p. 15), mas, como sabemos, isso não ocorre. Afinal, um padre pode dizer em um batizado “eu te condecoro”, mas não batizará ninguém, pois o seu domínio de prática social religiosa não permite que certas ações sejam realizadas sem o respeito às restrições languageiras próprias de seu domínio.

Assim, faz-se necessário que no estudo de gêneros se leve em consideração a estruturação dos domínios de prática social em domínios de comunicação. É preciso observar nesses domínios quais são os contratos sociais existentes, pois é a partir deles que as restrições situacionais surgirão (CHARAUDEAU, 2004).

Natureza comunicacional da linguagem

Quanto à natureza comunicacional da linguagem, podemos indicar, conforme postula Charaudeau (2004), que os gêneros textuais são formados por certas características formais e situacionais que se organizam a partir da complexidade e nível de estruturação discursiva de uma prática social existente.

Recorrência de marcas formais

Já as recorrências de marcas formais dos textos, de acordo com Charaudeau (2004), não determinam um gênero específico. Isso porque uma mesma forma, pelo fenômeno linguístico da polissemia, pode não apresentar um mesmo significado. Sendo assim, se considerássemos uma marca formal para caracterizar um gênero textual específico, encontraríamos grandes problemas semânticos, pois não saberíamos – somente pela forma – o que significa tal construção linguística.

Outra razão que nos indica que marcas formais do texto não determinam um gênero específico é a que diz respeito à classificação das marcas formais, afinal, elas são exclusivas ou específicas de um gênero? Charaudeau (2004) diz que, se forem marcas exclusivas de um gênero, toda vez em que elas surgirem, fundarão um novo gênero; e se forem marcas específicas de um gênero, conseguiremos agrupar gêneros semelhantes de domínios discursivos diferentes em um mesmo grupo, desde que estes partilhem marcas formais em comum. Poderíamos, por exemplo, unir os textos do domínio jornalístico com os textos do domínio administrativo.

Em meio a essa problemática, entendemos que as marcas formais, juntamente com outras regularidades, ajudam na identificação de um gênero, mas não são elementos decisivos nessa tarefa. “As características formais

seriam somente traços caracterizadores que trariam aos textos propriedades específicas e não traços definitórios que trazem aos textos propriedades constituintes” (CHARAUDEAU, 2004, p. 19). Esse é o caso, por exemplo, da entrevista da *veja*, conhecida como “páginas amarelas”. A cor (característica formal) distingue a entrevista da *Veja*, mas não é comum a toda entrevista, portanto, não é uma característica constituinte do gênero entrevista.

Branca-Rossof (1997), em citação de Charaudeau (2004), destaca as práticas languageiras que uma maneira de dizer se rotiniza. Depois essa mesma maneira de dizer (portanto, a mesma forma) pode ser utilizada em outra situação comunicativa diferente da inicial. Isso fundaria uma “língua segunda”. Assim, vê-se que as marcas formais, sozinhas, não podem, à primeira vista, fundar novos gêneros, pois uma mesma forma pode ser usada em diversas situações como uma “língua segunda”.

Essa “língua segunda” poderá ser formadora de uma nova forma de dizer, que, por sua vez, originaria outra língua segunda (advinda de uma língua segunda que foi considerada como primeira), e assim por diante. Por causa disso, é que Branca-Rossof (1997), segundo Charaudeau (2004), considera a forma um item caracterizador de um gênero, mas não definidor.

Ainda quanto a esse aspecto, observamos que os dispositivos e outras características formais existentes podem variar e ainda assim serem o mesmo gênero, pois o que se mantém, apesar das mudanças, são os contratos sociais instituídos (CHARAUDEAU, 2004).

Dessa forma, por exemplo, uma entrevista de TV é diferente de uma entrevista de rádio, que, por sua vez, é diferente de uma entrevista de jornal. Mas, apesar das diferenças, a essência do contrato social partilhado entre os participantes da troca languageira é a mesma (perguntas e repostas). Os problemas dessa classificação formal ocorrem, segundo Charaudeau (2004), quando surgem as misturas de contratos sociais, quando se unem, por exemplo, os contratos sociais e políticos com os midiáticos em propagandas políticas, como ocorre nas campanhas eleitorais da TV. Tudo isso resulta em uma grande problemática formal que não indica um caminho seguro para se definir um gênero textual.

Diante das três situações abordadas – ancoragem social do discurso (em que estão as restrições situacionais); natureza comunicacional (em que estão as restrições discursivas); e recorrências de marcas formais (em que estão as recorrências formais) –, Charaudeau (2004) elaborou sua proposta de análise de gêneros, começando pela definição de texto como o resultado de um ato de linguagem produzido por um sujeito em uma situação de troca.

Essa conceituação, unida às considerações acima, advindas das restrições, indica que podemos classificar os gêneros por meio dos princípios de influência. Estes funcionam a partir de elementos da teoria semiolinguística: a situação de comunicação e a discursivização. O primeiro refere-se às restrições de comunicação que determinam a troca – por exemplo, a identidade dos parceiros (que modo enunciativo foi escolhido? Alocutivo? Elocutivo? Ou delocutivo?); o lugar de hierarquia social dos parceiros; a finalidade (que modo enoncivo foi escolhido? Descritivo? Narrativo? Ou argumentativo?); e o propósito de comunicação (que modos de tematização foram escolhidos? Como se deu a organização de temas e de subtemas?).

Segundo Charaudeau (2004), devemos começar a análise do discurso, e porque não a análise de gêneros, por esses elementos, em especial pelo elemento finalidade, pois será a finalidade que orientará a construção de uma visada discursiva predominante – a visada, portanto, será um dos elementos fundamentais na caracterização/definição de um gênero.

O segundo elemento da teoria semiolinguística abordado na análise de gêneros, a discursivização, se refere às diferentes maneiras de dizer. Quanto a esse aspecto, observaremos: as restrições discursivas, “da ordem de atividades (...) sem que possa ser determinada (...) a forma exata do produto final” (CHARAUDEAU, 2004, p. 22) – ou seja, “(...) um conjunto de comportamentos discursivos possíveis entre os quais o sujeito comunicante escolhe aqueles que são suscetíveis de satisfazer às condições dos dados externos” (CHARAUDEAU, 2004, p. 27); e as restrições formais, “o emprego obrigatório das maneiras de dizer que encontramos.” (CHARAUDEAU, 2004, p. 22).

São os elementos da situação de comunicação, portanto, segundo Charaudeau (2004), que estabelecem um contrato social e discursivo entre os participantes da troca comunicativa. Esse elemento do princípio de influência, então, origina uma visada – uma intenção pragmática do sujeito falante que sofre influência da posição hierárquica dos sujeitos da troca comunicativa. Dessa forma, instituem-se na sociedade diversas visadas que estabelecem uma relação contratual EU-TU bem específica – temos, por exemplo, a visada de prescrição quando o EU está na posição social de mandar-fazer (ex.: posição de chefe), enquanto o TU está na posição social de dever-fazer (ex.: empregado).

Com isso, podemos dizer que uma visada “é uma intencionalidade psicosociodiscursiva que determina a expectativa (enjeu) do ato de linguagem do sujeito falante e, por conseguinte, da própria troca linguageira.” (CHARAUDEAU, 2004, p. 23). Esta é definida por uma intenção pragmática do EU em relação à posição enunciativa que ocupa em relação ao TU e vice-versa.

Ao entendermos as visadas, segundo Charaudeau (2004), observamos que cada domínio de prática social, visto como um domínio comunicativo, seleciona uma ou duas visadas predominantes em sua abordagem linguageira. Assim, entendemos que o elemento da situação de comunicação finalidade é uma categoria linguística que determina visadas discursivas, e estas colaboram, de maneira fundamental, para análise/identificação de gêneros textuais.

Algumas considerações sobre as postulações de gêneros de Charaudeau

Feitas as cabíveis explicações quanto aos postulados de Charaudeau (2004) sobre os gêneros, cabe-nos esclarecer, como pontua muito bem Souza (2003), que os gêneros parecem ser elaborados e estabilizados com base em um conjunto de representações que o sujeito adquire com suas experiências pessoais e formais de ensino. “A aquisição dessas representações parece

forjar nos sujeitos uma memória capaz não só de identificar de forma padronizada certas formas textuais, como também de produzi-las em situações comunicativas que as exigem.” (SOUZA, 2003, p. 69).

Charaudeau (2004) postula a existência de três memórias, que formariam três comunidades específicas:

- a. **a memória dos discursos**, que construiria as nossas representações de mundo e formaria as comunidades discursivas – agrupamentos de pessoas com um mesmo posicionamento, valores, opiniões morais etc.;
- b. **a memória das situações de comunicação**, que possibilitaria a normalização e a identificação das trocas comunicacionais e que formaria as comunidades comunicacionais;
- c. e **a memória das formas dos signos**, que adequaria as diferentes maneiras de dizer aos seus locais de origem, e que formaria as comunidades de saber dizer ou comunidades semiológicas – aquelas nas quais “os sujeitos se reconheceriam através da ‘rotinização’ das formas de comportamento e de linguagem.” (CHARAUDEAU, 2004, p. 21).

Souza (2003, p. 70) esclarece que “essas três memórias se articulam em conjunto com base na relação intrínseca existente entre situação de comunicação, sentido e formas”. Cada situação de comunicação, conforme explica Charaudeau (2004), se ligaria a uma estreita e singular relação entre esses três tipos de memória (discursiva, comunicativa e dos signos).

Podemos, então, sustentar a ideia de que o sujeito social se dota de gêneros empíricos, e que, por meio de representações que ele se constrói deles para aprendizagem e pela experiência, ele os erige em normas de conformidade linguageira e os associa aos lugares de prática social, mais ou menos institucionalizados. (CHARAUDEAU, 2004, p. 20).

Compreender os gêneros, então, é perceber que o sujeito falante, ao se dotar de gêneros empíricos por meio de uma experiência formal ou informal de ensino pode os utilizar em uma prática social mais ou menos institucionalizada

e com isso otimizar a sua comunicação. Vale lembrar que, como indica Souza (2003), muitas vezes, por saber dessa conformação entre as atividades languageiras e as práticas sociais, o sujeito falante pode construir um gênero, ou se defrontar com um que se apropria de outros domínios para legitimar o seu formato genérico. Para Souza (2003), isso se configura como uma “parasitagem do discurso”,² na qual um domínio se apropria de práticas que não lhe pertencem para criar um efeito languageiro específico,

(...) como as polêmicas campanhas da Benetton, que introduziriam no domínio publicitário uma pertinência estranha a esse domínio, propondo temas sociais, políticos e humanitários em um discurso cujo objetivo fundamental é obter lucros e vendas (...). (SOUZA, 2003, p. 67).

O gênero textual, configurado como uma manifestação discursiva, está situado como um elemento balizador entre duas alternâncias, o universo da concepção e o universo da interpelação:

No primeiro, um espaço sociohistórico de apropriação textual contempla saberes postos que são partilhados. No segundo, um espaço de apropriação que entrecruza dispositivos de influência em que possíveis transposições de sentidos ou transcendências de significação são deslocadas nesses saberes, provocando uma alteração da finalidade textual. (SANTOS, 2004, p. 336).

Podemos considerar, então, que os três autores aqui citados, Charaudeau (2004), Souza (2003) e Santos (2004), compreendem o gênero textual como uma manifestação linguístico-situacional que advém de uma complexa relação entre as memórias (discursivas, comunicacionais e dos signos) – universo das concepções – e a situação de comunicação – universo da interpelação.

A partir dessa contextualização, podemos dizer que a situação de comunicação – que inclui “(...) a *identidade* dos parceiros envolvidos na relação comunicativa,³ a *finalidade* do ato de comunicação,⁴ os níveis de *tematização*⁵

² Expressão ainda em estudo pelo autor.

³ A identidade dos parceiros variará de acordo com elementos “sociais (idade, sexo, raça, classe); socioprofissionais (médico, escritor, publicitário, empregador/empregado, político; psicológicas (inquieto, nervoso, sereno, frio, espontâneo, amável, agressivo, ingênuo..);

e o *dispositivo* físico e material envolvido.⁶” (SOUZA, 2003, p. 64) – é um dos primeiros elementos a se considerar na definição/caracterização de um gênero. Isso porque é esse elemento que definirá as características contratuais da encenação linguageira da qual o gênero fará parte.

Segundo Santos (2004, p. 337), “os gêneros textuais estão ligados à natureza do contrato situacional em que o texto se circunscreve na atividade linguageira”. Sendo assim, compreendemos, apoiados também nos postulados de Charaudeau (2004), que os dados situacionais geram/induzem regularidades discursivas, e estas, por sua vez, nos levam a regularidades linguísticas (textuais).

Essa complexa relação genérica situa os gêneros como construtos situacionais⁷ que circulam socialmente em nossa vida diária e que apresentam características discursivas, situacionais e formais particulares. Tais peculiaridades são instituídas por uma finalidade comunicativa específica da situação de comunicação que orienta uma visada discursiva predominante, o que nos levaria à construção de restrições situacionais, discursivas e formais

relacionais (os parceiros entram em contato pela primeira vez ou não – eles se conhecem ou não, têm uma relação de familiaridade ou não).” (CHARAUDEAU, 2008, p. 70-71). Podemos dizer ainda, conforme Charaudeau (2004), que a identidade dos parceiros determinará no gênero qual será a escolha do modo enunciativo (alocutivo, elocutivo ou delocutivo) predominante.

⁴ Segundo Charaudeau (2004), a finalidade é um dos elementos da situação de comunicação que, ao selecionar uma visada discursiva predominante, acaba por selecionar um modo enunciativo específico (descrito, narrativo, argumentativo).

⁵ Para Charaudeau (2004), a tematização relaciona-se com a maneira pela qual os temas e subtemas são organizados em um gênero.

⁶ Para Charaudeau (2004), o dispositivo físico e material de uma situação de comunicação organiza os modos de semiologização que devem aparecer em um gênero, o que acaba por organizar sua *mise en scène* material: “(...) um canal oral ou gráfico? É direto ou indireto (telefone, mídias), que outro código semiológico é utilizado (imagens, grafismos, sinais, gestos)?” (CHARAUDEAU, 2008, p. 78, grifos do autor).

⁷ Observar os gêneros por essa perspectiva é considerá-los como construções discursivas situadas em uma composição situacional própria, o que implica em dizer que, nessa perspectiva, os gêneros se distanciam de uma abordagem tipológica classificatória ou sistêmico-categorial (SANTOS, 2004).

que são socialmente compartilhadas e compreensíveis entre os sujeitos participantes de uma troca comunicativa qualquer.

Considerações finais

Como pudemos perceber em nossa discussão, o estudo dos gêneros é bastante complexo e ainda encontra-se imerso em muitas implicações de pesquisa. Charaudeau (2004) em suas pesquisas sobre o assunto se questiona sobre a liberdade do sujeito falante diante das restrições situacionais, discursivas e formais construídas pelos gêneros. Afinal, onde agem as restrições genéricas? O sujeito falante teria alguma liberdade diante dos gêneros?

Pautados nessa inquietação teórica, portanto, procuramos evidenciar em nossa exposição que as postulações teóricas de Charaudeau (2004) sobre os gêneros se vinculam a uma teoria discursiva, a teoria semiolinguística. Dentro das categorias de análise propostas pela semiolinguística para a análise de gêneros, o autor enfatiza o papel primordial da situação de comunicação na estruturação de um domínio de prática em um domínio de comunicação, regido por um contrato de comunicação⁸ particular que estabeleceria as condições da troca linguageira e uma visada discursiva predominante.

A Situação de comunicação é, assim, o que determina, através das características de seus componentes, as condições de produção e de reconhecimento dos atos de comunicação, condições de enunciação sob seu aspecto externo. Por conseguinte, ela estrutura o domínio de prática – que é sociologicamente vasto – em domínio de comunicação. (CHARAUDEAU, 2004, p. 26).

A partir de um domínio de comunicação, então, se instituem os contratos de comunicação, que constroem as restrições situacionais que originam as

⁸ Para Charaudeau e Maingueneau (2007, p. 130), o contrato de comunicação é empregado “para designar o que faz com que o ato de comunicação seja reconhecido como válido do ponto de vista do sentido. É a condição para os parceiros de um ato de linguagem se compreenderem minimamente e poderem interagir, coconstruindo o sentido, que é a meta essencial de qualquer ato de comunicação”.

restrições discursivas, e estas, por sua vez, geram as restrições formais. Para Charaudeau e Maingueneau (2007), a teoria do contrato está imbricada com a dos gêneros, pois se pode dizer que o conjunto de coerções trazido pelo contrato é o que define um gênero de discurso.

Em nossa exposição argumentamos – apoiados em Souza (2003) e Santos (2004) –, entretanto, que a configuração/construção de um gênero textual necessariamente também se ancora em memórias sociais específicas (memória dos discursos, das situações de comunicação e dos signos). Dessa forma, na análise dos gêneros situacionais, é preciso observar que o gênero advém de uma relação complexa e intrínseca entre a situação de comunicação e as correlações significativas advindas das proposições da memória social.

A partir dessa proposição, Charaudeau (2004) nos indica que, por meio da análise dos princípios de influência – situação de comunicação e discursivização –, podemos definir um gênero. Cabe aqui evidenciarmos, no entanto, que somente alguns aspectos do gênero foram apreendidos de sua teoria semiolinguística. Com isso, ainda se fazem necessários estudos mais aprofundados sobre o assunto para que seja possível responder a outras questões referentes ao gênero, como qual o lugar do gênero no ato de linguagem? Ele pertence ao circuito interno ou externo? Onde ele começa? Como aplicar empiricamente as categorias de análise de Charaudeau na diferenciação dos gêneros?

Em nossa exposição, portanto, esperamos ter colaborado para a explicitação das categorias de análise de gêneros propostas por Charaudeau (2004), de modo a expandir a teoria semiolinguística em direção à construção situacional, discursiva e materializada dos gêneros situacionais.

Abstract

For Patrick Charaudeau (2008) textual genres are compilations of communicative situations and speech projects that present constants. From this concept and its propositions about the situational, discursive and formal restriction, we intend, in our article, to demonstrate how the author has developed and problematized the notions of genre theory from his postulations

on the semiolinguistics theory. We believe that this theoretical notion has been little explored in academy, and thus requires further studies and enlightening.

Keywords: Textual genre; Semiolinguistic theory; Concepts.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros discursivos. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 279-326.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ministério da Educação – MEC, 1998.

CBC – CONTEÚDOS BÁSICOS COMUNS. Governo de Minas Gerais. SEE-MG, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. Análise do discurso: controvérsias e perspectivas. In: MARI, Hugo; et al. (Orgs.). **Fundamentos e dimensões da análise do discurso**. Belo Horizonte: Fale-UFMG. 1999. p. 27-43.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso** – modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: In: MACHADO, I.L.; MELLO, R. (Org.). **Gêneros: Reflexões em Análise do Discurso**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p.13-41.

CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2007.

MARCUSCHI, Luis Antônio. Gêneros textuais e ensino. In: MARCUSCHI, Luis Antônio. **Gêneros textuais e ensino**. Editora Lucerna: Rio de Janeiro, 2002. p. 19-36.

MARI, Hugo; SILVEIRA, José Carlos. Sobre a importância dos gêneros discursivos. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Orgs.). **Gêneros e análise do discurso**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 59-74.

SANTOS, João Bôsko Cabral. O gênero textual como manifestação discursiva. In: MACHADO, I.L.; MELLO, R. (Orgs.). **Gêneros: Categorias de Análise do Discurso**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 327-338.

SOUZA, Wander Emediato de. Os gêneros discursivos como tipos situacionais. In: MARI, H.; et al. **Análise do discurso em perspectiva**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003. p. 63-72.